

Das Desventuras de ser doutora

Suely Gomes Costa¹

Resumo: Este trabalho destaca tensões e conflitos presentes na demarcação de fronteiras de territórios intelectuais sexualmente diferenciados, diante de decisões e projetos femininos de aprimoramento cultural e de instrução. Essas decisões confrontam-se com práticas e representações sociais de regulação do tempo feminino. Cercadas de ambigüidades, representações sociais de descrédito e de desestímulo quanto às saídas das mulheres para o espaço público, presentes em obras literárias de fins do século XIX e dos anos 30 do XX, expressam, dentre querelas próprias ao movimento de (re)construção continuada das relações de gêneros, muito das cotidianas desventuras de ser doutora.

Palavras – chaves: relações de gênero - regulação do tempo – obrigações femininas - público e privado – dominação – conflitos .

Resumen: Este trabajo destaca tensiones y conflictos presentes en la demarcación de fronteras de territorios intelectuales sexualmente diferenciados, en relación a decisiones y proyectos femeninos de mejoramiento cultural y de instrucción. Esas decisiones se enfrentan con prácticas y representaciones sociales de regulación del tiempo femenino. Cercadas de ambigüedades, representaciones sociales de descrédito y de desestímulo respecto a la salida de las mujeres al espacio público, presentes en obras literarias de fines del siglo XIX y de los años 30 del XX, expresan, dentro de las querellas propias del movimiento de (re)construcción continuada de las relaciones de género, muchas de las cotidianas desventuras de ser doctora.

Palabras clave: relaciones de género- regulación del tiempo- obligaciones femininas- público y privado- dominación- conflictos.

Abstract: This paper points out tensions and conflicts present in the demarcation of frontiers between intellectual territories that are sexually differentiated, with regards to feminine decisions and projects of cultural improvement and instruction. These decisions come up

against practices and social representations regulating women's time. Besieged by ambiguities, social representations of discredit and discouragement about women coming out into public spaces, in literary works from the end of the XIX Century and the 30's in the XX Century, express many of the everyday trials and tribulations of being a woman doctor within the struggles in the reconstruction movement continued in gender relations.

Key Words: gender relations – time regulations – feminine obligations – public and private – domination- conflicts

Representações sociais, com muita frequência, têm servido à desqualificação e ao desestímulo à profissionalização feminina. As saídas das mulheres em direção a novas fronteiras expõem complexos enredos, situações dramáticas, o *olho do furacão*, em que as relações de gênero e outras relações sociais se movem (Perrot, 1994). São muitas as evidências de que essas saídas se dão em meio a arranjos de muitas relações entre pessoas de mesmos e de diferentes gêneros e de várias classes, raças/etnias e gerações. Presumir deslocamentos femininos como resultados de dilemas postos pelo *trabalho fora*, das transformações de ritmos decorrentes do sistema fabril e das relações capitalistas em marcha, não basta. Esses ritmos, construídos por homens e mulheres em suas práticas sociais, têm muitos de seus sentidos civilizadores, alguns bastante singulares, pouco conhecidos (Costa, 2002).

A literatura brasileira, sobretudo, a romântica, se interrogada sobre representações dos lugares e tempos femininos e masculinos diz muito a respeito desses ritmos no século XIX. José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, reiteram, ideais femininos e masculinos, em suas obras. Seus

¹ Suely Gomes Costa é mestra e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF e do Programa de Pós-Graduação em História/UFF. Pesquisadora do CNPq.

romances arquitetam heroínas como mulheres educadas para os salões: se as pretendem informadas, as desejam vinculadas aos costumes domésticos e às tradições rurais brasileiras. Em *O tronco do ipê*, romance publicado nos anos 40, Alice, heroína de Alencar educada em fazenda, é idealizada em sua encantadora simplicidade, contrapondo-se a sua amiga Adélia, educada na corte, «de maneiras arrebicadas à francesa», cheias de artificialidades e exibicionismo que este autor claramente abomina (Costa, 2000). Mas é o mesmo J. Alencar que, numa crônica de 1854, mostra o quanto certos encantos da domesticidade feminina se contrapõem à modernidade que chega e muda antigas práticas. Ao mesmo tempo, reconhece que é preciso adequar-se a novos costumes, ao anunciar a instalação da fábrica *de coser* de Mme. Besse, na Rua do Rosário, 74, no Rio de Janeiro. Em tom de lamento, primeiro, associa a existência das máquinas de costura a mudanças de práticas femininas de tanta sedução: «Aqueles lencinhos embainhados, pendor de um amante fiel, camisinhas de cambraia destinadas a um primeiro filho, primores de arte e de paciência, tudo isso vai desaparecer» (Alencar, 1995). Restaura ainda a sedução de pés e mãos femininos, antigos fetiches sexuais, mas associada aos novos movimentos da máquina, reencontrando neles prazeres de *voyeur*. Termina, então, por destacar as vantagens dessa máquina: rapidez, conveniência ao bem estar e diversas qualidades de costuras, a mais fina, a mais grossa, com destaque para o número de pontos: «Se a deixarem ir à vontade, faz uma ninharia de trezentos por minuto, mas se a zangarem, vai aos seiscentos [...]». Ambigüidades como essa e tantas outras acompanham os novos usos do tempo e dos objetos.

As experiências de instrução formal das mulheres nos séculos XIX e XX, e mesmo agora no XXI, são partes de projetos femininos acalentados em muitos séculos e implicam seguidos deslocamentos e rearranjos de papéis femininos no âmbito doméstico. Repercutem, reiteradamente, sobre o cotidiano das casas, pois, são perceptíveis suas ameaças de quebra de uma dada ordem cotidiana. Conceitos sobre lugares femininos e masculinos, mesmo em fins do século XIX, limitam os deslocamentos de mulheres

de camadas médias e altas, em direção à instrução superior. Esses deslocamentos têm dependido da capacidade das mulheres regularem seu tempo, ou melhor, de processarem mudanças em seus usos do tempo, reduzindo tensões familiares daí decorrentes.

A regulação do tempo feminino é um fenômeno de longa duração histórica (Costa, 1996). Mudanças dessa regulação são visíveis já, nos anos 20 do século XIX, no Brasil quando, para estranhamento do padre Lopes Gama, comportamentos femininos costumeiros se transformam. Com desconforto, esse sacerdote viu desaparecer, a olhos vistos, aquela «boa mãe a que não devia preocupar-se senão com a administração da casa [...]» (Freyre, 1933, p.109)². Nem sempre é fácil distinguir os nós que embargam as saídas femininas, nem seus sentidos civilizadores. As «prisões» do tempo feminino no âmbito doméstico, mesmo em avançados anos do século XX, no Brasil, correspondem a padrões reprodutivos, por muito tempo, dependentes de práticas artesanais domésticas, mesmo porque, no Brasil, o avanço em direção a novas áreas de mata, numa extensa fronteira aberta, será propício à recriação de antigas práticas de subsistência (Costa, 1988). As tarefas ligadas à orientação, à supervisão e ao controle do conforto doméstico, com todo o seu acervo de costumes, porém persistem (Costa, 1996). Por ensejar mudanças de outras relações sociais peculiares às experiências domésticas, a maternidade transferida de umas para outras mulheres é uma regularidade histórica, sempre atualizada, que favorece a saída das mulheres para o espaço público (Costa, 2002). Essa transferência parece reorganizar, permanentemente, relações entre mulheres de diferentes extratos sociais, raças/etnias e gerações.

Saídas femininas aparecem como «transgressões» quando associadas à infração de um tempo de exposição pública permitido às mulheres ou de regras de recato, de contenção de gestos e do corpo e a de discrição das vestes. Na primeira década do século XIX, causa estranheza a Marrocos, um lisboeta funcionário do Paço, o fato de suas conterrâneas chegadas ao Rio terem alterado, a olhos vistos, seus modos de ser. Registradas numa carta ao pai, as práticas, então condenadas por ele, são apenas uma

² Alude esse autor aos escritos do Padre Lopes Gama no jornal *O Capuiceiro*, Recife, nos anos 30-40 do século XIX.

maior exposição das mesmas à vida pública (Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Carta nº 115, 1818). O estranhamento de condutas de mulheres estrangeiras diante de códigos de uma dada cultura local aparece por vezes, atribuída a «*mudança de ares*». Denis e Debret, em torno da mesma época, nos ambientes em que circulavam no Rio de Janeiro, localizam esse maior tempo de exposição como sinal de mudança comportamental própria às «senhoras da alta sociedade», significativa do uso de maior liberdade em relação ao sexo masculino e da maior participação nas conversações, indicando que: «[...] elas têm participado da notável mudança que se operou nos costumes na educação» (Denis, 1980. p. 137). Isso teria ocorrido mesmo com as mulheres das camadas sociais médias, num registro de Debret em 1830: «[...] não era raro verem-se as filhas de um simples funcionário distinguir-se pela dança, a música e algumas noções de francês, educação que as fazia brilhar nas festas e lhes dava possibilidade de um casamento mais vantajoso» (Debret, 1954. p. 53).

A instrução formal das mulheres é parte desse mesmo alargamento de horas. Só ocorre porque uma dada revolução do tempo empregado na vida doméstica se deu, como no caso da máquina de costura, e também porque algumas interdições ao desempenho feminino de tarefas «públicas» conheceram suspensão. As mulheres, nessas escolhas, experimentam novas práticas sociais porque liberam tempo para atividades outras, ainda que estranhas bastante a seu meio, a ponto de incomodar, como indicado, o Padre Lopes Gama. O uso do tempo está mudando porque impactos tecnológicos mudam os usos do tempo doméstico.

Para as saídas femininas, contribuem a regularização de fluxos de mercadorias diversas no país, descontínuos até a abertura dos portos em 1808. Esses fluxos vão se normalizando durante o século XIX, com chegada regular de navios aos portos e de muitos negócios em caminhos de terra, rios e mar. Nos anos 50, são muitas as mercadorias espalhadas nas diversas regiões do país (Costa, 1996). Mudam etapas e processos de trabalho doméstico, ensejadas, ainda, pela reposição continuada de bens e de novas condições técnicas de produção de bens de uso corrente, caso das máquinas de costuras. Com os

avanços do sistema fabril, a regularização de ingressos de mercadorias nas casas das camadas médias altas e médias favorece economias de tempo e propicia, pela redução ou simplificação do número de tarefas domésticas, muitas saídas. Produtos feitos em casa e à mão serão ofertados pelo mercado. Os mais delicados ocupam senhoras de médias e altas rendas, de valor reconhecido para afirmação das prendas domésticas e de lugares femininos. Com esses ingressos, árduas tarefas domésticas, como fabricação de vinagres, sabões, velas, branqueadores, alimentos, criação e trato de pequenos animais para abate, de pomares e hortas, confecção de roupas de cama, de mesa, e de uso pessoal são, parcial ou integralmente, transferidas das casas para o mercado. Reduzem-se os usos do tempo em cascata de mulheres do topo, mas também da base social, como no caso do emprego de fósforos para acender fogões à lenha, nos anos 60 (Costa, 1996).

As plantas arquitetônicas das casas senhoriais conhecem sínteses; seus compartimentos são, cada vez mais aglutinados; antigos espaços especializados de trabalho doméstico, quase-oficinas se transformam; embora outros conheçam ampliação por novos conceitos de intimidade e conforto. O consumo de certos objetos de uso doméstico, assim, acarreta economias substantivas de tempo - ainda que diferenciadas segundo níveis de renda e grau de acessos à moedas. Mulheres que fazem e mandam fazer o trabalho doméstico tem seus hábitos tradicionais alterados. Novos ritmos femininos (tempos e movimentos) são recriados, nas condições em que as mulheres podem ou querem decidir por redução de tempo aplicados aos fazeres domésticos. Nem sempre podem ou querem.

De fato, o sistema fabril engendra fundas mudanças na vida social, mas têm lá suas conexões com regras civilizadoras próprias aos costumes com que se defronta. As representações das saídas femininas, no caso brasileiro, sobretudo, na obra literária, traduzem expressões de muitos medos diante de possíveis rupturas de modos de proteção das famílias. Lugares e tempos femininos expressam responsabilidades correspondentes a certos padrões reprodutivos persistentes calcados no regime semi-autárquico das casas, administrados por mulheres situadas no topo das hierarquias sociais. Para essas mulheres, as

saídas de casa se complicam quando produção e ordem domésticas dependem da presença delas. De modo continuado, a produção de muitos bens e serviços de uso corrente faz parte de um código de «obrigações femininas» e se organiza ao longo da experiência escravista, associada à desmonetização do meio social. Sob a escravidão, essa desmonetização se expressa no caráter «não-salarial» de muitas atividades, marca dos padrões brasileiros de reprodução de trabalhadores. Até o século XIX, depois dele, e mesmo hoje, quando a economia mercantil se espalha, modos de vida urbanos e rurais recompõem formas diversas de subsistência, sem idas ou com idas interrompidas ao mercado. Se não há mais, como outrora, o regime autárquico das casas, atualizam-se nexos entre a falta de moedas em circulação e a intensificação dos trabalhos domésticos, naturalmente voltada para a produção de alguns desses bens e serviços (Costa, 1993).

Acresce que essa tipologia de *household* - a ser mais bem examinada - situa saberes e fazeres voltados tanto para a produção de bens de uso corrente. Como para práticas protecionistas usuais. Entre os séculos XIX e XX, cuidados de enfermos, velhos e crianças, antes confinados aos cuidados das mulheres nos territórios das fazendas, das vilas operárias, no interior ou cercanias das fábricas e das casas de moradas das cidades, aos poucos, só muito lentamente serão deslocadas para hospitais, asilos, escolas, abrindo um leque de práticas e depois de profissões voltadas para cuidados que liberam tempo doméstico, mas que conformam um grande número de representações sobre cuidados intransferíveis de uma mulher para outra ou mesmo para instituições.

Os dilemas das saídas das mulheres do espaço doméstico, da arquitetura das relações entre os gêneros, mas também, entre classes e gerações, e mesmo raças/etnias se expressam com crescente nitidez. As saídas das mulheres para o espaço público e rupturas com certas práticas de protecionistas - *primárias* (família e grupos de convívio) e *secundários* (instituições a serviço de velhos, doentes e crianças) - engendram tensões e conflitos continuados. Sem garantia de conforto da casa, as saídas das

mulheres são impedidas ou dificultadas. Sem ela, são muitos os riscos de quebra da paz doméstica.

Essas relações têm ficado ocultas quando a transição brasileira é confundida com condições de crescente assalariamento, próprias às sociedades industrialmente avançadas. A generalização de uma única tese da transição para o sistema fabril admite, para o Brasil, um padrão reprodutivo calcado no trabalho assalariado, premissa que tem apoiado a *teoria das esferas separadas* - na circunstância do deslocamento do trabalho assalariado das casas para as fábricas-, assentada na noção de desmembramento e separação dos espaços privado e público. Por isso, fenômenos tidos como naturais, por serem da intimidade, submetem o exame das transformações da esfera privada e das relações de gênero a um grosseiro reducionismo³.

Concede-se, ainda, à formação da família nuclear uma responsabilidade central nas transformações de costumes. Esse mundo doméstico não pode ser entendido sem as formas comunitárias de proteção social, próprias às famílias ampliadas em plena convivência com outras centradas na família nuclear. Martins Pena, na peça *Quem casa, quer casa*, encenada em 1845, no título se apropria de uma máxima popular indicativa de conhecidas tramas e rupturas com elos de convivência comunitária firmados por laços de sangue e de afinidades, de longa duração histórica no Brasil. Nessa, como em outras de suas peças teatrais do mesmo período, suas obras reproduzem, como nos romances de Alencar e Macedo, a visão idílica do mundo rural em confronto com a rudeza da vida urbana, situando tensões na formação das famílias nucleares da pequena burguesia urbana. Mas também situa, nesse cenário, redes sociais de antigos formatos; sob o advento da família nuclear em formação, sobretudo quanto aos sistemas protecionistas de natureza primária (Magalhães, 1972). Escondidas certas características do *household*, ficam homogeneizadas inúmeras diferenças de transição para o sistema fabril nas diversas formações sociais. Isso oculta ainda as muitas formas assumidas pela regulação do feminino nessa *transição*. Por isso, as tensões que presidem as saídas das

³ Significados civilizadores dessas obrigações nem sempre são percebidos. As análises usuais dos sistemas protecionistas recorrem a experiências da região européia em tempos de transição para o capitalismo como modelo de referência, como em: Polanyi, K. (1980); Castel. R. (1998).



mulheres para o chamado espaço público têm um importante lugar teórico na análise das crises dos padrões reprodutivos, sobretudo das práticas protecionistas (Costa, 2002). As representações sociais das mulheres diante de dilemas postos por suas saídas assinala um outro campo de investigações por desenvolver.

É usual a distinção entre educação de salão e instrução feminina, como se uma não perpetrasse a outra. Com apoio na opinião de viajantes do século XIX, uma maior exposição feminina é regularmente atribuída ao consumo, no chamado processo de *europização* propagado pela corte portuguesa a partir Rio de Janeiro. Práticas femininas se sugerem o desejo de cultivo das qualidades intelectuais, resultam também de decisões diante de vantagens derivadas, em parte, de escolhas de usos de novos objetos. Geralmente, as saídas das mulheres implicam transferências de frações de tempo dedicado a essas práticas, para o tempo aplicado na exposição pública. Tensões relativas à instrução formal das mulheres movem as relações da intimidade e as condições históricas locais que formatam as variedades do *household* brasileiro (Wallerstein, 1985). Reservas e resistências podem acompanhar as possibilidades de novos usos do tempo e de incorporação de novos costumes pelas mulheres, mesmo quando lhes trazem aprimoramentos intelectuais. As *contribuições europeias* do século XIX, quase nunca, são avaliadas diante de seus impactos sobre ritmos - tempos e movimentos - das práticas sociais em diferentes segmentos sociais. Tudo se

passa como se essas contribuições fossem isentas das circunstâncias e relações sociais locais (Sahlins, 1990). Mesmo que a entrada de muitas mercadorias traga possibilidades de seguidas alterações de processos de trabalho, prevalecem modos combinados de produção industrial e artesanal. Os acessos a esses bens, sempre restrito, não impede que as economias de tempo das mulheres pobres não seja desejado pelas dos topos social. Pelo contrário: uma maior disponibilidade de tempo redefine a produtividade das tarefas domésticas. Os sonhos de umas se realizam nessas condições.

A intensificação do processo de *europização* dos costumes, entendido como de aprimoramento intelectual e das artes, por sua vez, estaria legitimando, com os bens e serviços que coloca no mercado, novas práticas, abrindo espaço para o abandono de antigos costumes. Mas essa *europização*, como dito, tem lá suas regras específicas e nem sempre se abre às inovações. Ao se fazer sentir em algumas parcelas da população das classes médias e altas, como é usual destacar, atua sobre outras camadas sociais de diferentes formas. Num núcleo de tradição aristocrática europeia como o Paço Imperial, nos anos 20 do século XIX, Maria Graham, inglesa, contratada pela Imperatriz Leopoldina, na sua curta experiência de preceptora das princesas imperiais, estabelecerá para as amas portuguesas, cuidadoras das meninas, novas regras de usos do tempo (Costa, 1996). Cultivos intelectuais dessa jovem mulher associados aos da imperatriz ameaçaram as rotinas dessas fiéis, mas

rudes damas portuguesas que resistiram às práticas introduzidas. A inglesa, por sua vez, fez dos seus anunciados saberes, a cada dia, uma forma de produzir constrangimentos às portuguesas, desqualificando-as. Intencionalmente, estudara formas de acentuar suas distâncias culturais em relação à criadagem do Palácio, uma forma de zombar delas:

O último caixote que pude abrir diante deles, [...] - e eu confesso que o escolhi maliciosamente - foi um pacote contendo um par de globos Cary⁴ de dois pés, lindamente ornamentados [...]» Não satisfeita, expôs, ainda «[...] num canto do caixote, alguns instrumentos para fazer observações sobre o tempo e o clima, como um higrômetro de Leslie, ciânometro etc. Os gritos de maravilhoso! Maravilho! Só foram interrompidos pelos ruídos das patas dos cavalos do Imperador [...] (Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas.p. 101)⁵.

Essa sua exibida sabedoria, porém, não será suficiente para reconhecer-lhe qualquer autoridade. Logo, logo, a inglesa, portadora de tantas regras novas de usos do tempo e de sábias novidades, será dispensada pelos ressentimentos causados às amas. Criticadas e subalternizadas por sofisticadas regras pedagógicas e a decorrente desqualificação das práticas portuguesas, essas damas, numa trama bem urdida, garantiram a dispensa da inglesa, por ordem direta do Imperador, causando fundos constrangimentos à Imperatriz. Mas viram, a seguir suas práticas superadas, primeiro, por orientação de um padre de reconhecida sabedoria, e logo depois, de uma veneranda e culta aristocrata portuguesa. O aprimoramento cultural das princesas, no final das contas, irá se impor com os novos usos do tempo, atualizando antigas tradições portuguesas (Montello, 1972.). Também, a prática da jardinagem, uma arte cara às camadas sociais altas e médias da Inglaterra, nesse tempo, é pensada como *tarifa de escravos*, uma possível razão de zombarias. Isso foi observado por Maria Graham, com relação à tentativa feita pela Imperatriz Leopoldina de introduzir suas filhas nessa arte. Pretendendo educá-las à moda européia, havia encomendado pequenos jogos de ferramentas, que

foram mantidos em desuso, «[...] porque como diziam as damas, não ficava bem às princesas.»

Saídas femininas das mulheres podem ser apoiadas ou impedidas por homens e mulheres. Zombar das mulheres e desacreditá-las como capazes de pensar e agir são atitudes frequentes, não só de homens, mas também de mulheres.

O estranhamento do Padre Lopes Gama conhecerá refinamentos. Em muitos registros, Machado de Assis (1839-1908) sempre deu provas sensíveis de reconhecimento do talento feminino e de estímulo a mulheres voltadas para as artes, em especial para o exercício literário quando lhe fazem consultas como aprendizes de escritoras. Na vida íntima, foi levado a reconhecer e destacar capacidades intelectuais femininas, observadas diretamente: primeiro, na proprietária da chácara do Morro do Livramento, onde viveu com sua mãe, lavadeira, levado por ela, ainda menino, a estudar francês e a ser tipógrafo; depois, em Carolina, sua mulher, portuguesa, refinada intelectualmente, muito próxima do mundo literário, como. Irmã do poeta Faustino Xavier de Novaes de quem Machado é amigo. Sempre atento ao movimento de chegada das mulheres no espaço público, percebe diferenças entre o que lhes acontece no Brasil e fora dele. Mesmo assim, numa curtíssima crônica sem título, datada de 1878, Machado de Assis diverte seus leitores e se diverte com conjecturas e complacentes dúvidas sobre a capacidade profissional das dentistas, uma forma oculta de afirmar certezas sobre lugares de mulheres. Machado, nesse texto, expõe sentimentos contraditórios quanto às saídas das mulheres para o mundo da ciência (Assis, 1938). Primeiro, em sete linhas, demonstra sua satisfação com a notícia vinda da Bahia sobre a aprovação de «uma senhora que fez exame de dentista». Nesse acontecimento, confessa o mesmo prazer encontrado em indicativos de que «vai-se acabando a tradição, que excluía o belo sexo do exercício de funções, até agora unicamente masculinas.» Suas notas reconhecem aquilo que seria «um característico do século: a mulher está perdendo a superstição do homem. Tomou-lhe o pulso: compreendeu que, se ele fez a Guerra de Tróia, e se serviu de quatorze anos a Labão,

⁴ Trata-se de um modelo de globo terrestre fabricado na Inglaterra.

⁵ No exame da *dialética da transformação* lembra Sahlins M. (1990), ao contrario da clássica assertiva antropológica, Sahlins afirma que as coisas mudam porque permanecem as mesmas.

foi unicamente por causa dela; e, desde que o reconheceu, subjugou-o.» Nessa entusiástica adesão ao que parece ser o movimento de cultivo intelectual das mulheres, Machado cerca-se, todavia, de cautelas. Nas sete linhas restantes, primeiro, coloca em dúvida a competência das mulheres dentistas: «No entanto, se aprovo que as senhoras façam concorrência ao Napoleão Certain, acho perigoso que outras senhoras entreguem a boca aos dentistas do seu sexo.» Em seguida, explica essa impressão, recorrendo a representações sobre competição de mulheres para sugerir, em tom caricato, situações de risco das mulheres e cuidados a tomar quanto aos serviços de uma dentista: «Em primeiro lugar, há de ser preciso e muito rígida a virtude para que uma mulher não despovoe a boca de outra, quando lhe vir uns dentes de pérola, que obscurecem os seus; em segundo lugar, quem os trazer postigos, arrisca-se a ver o caso denunciado nos mais discretos salões. Imagine-se o caso de rivalidade amorosa». Deslocamentos de mulheres para lugares masculinos, como no caso, põem em cena as chamadas «*crises de masculinidades*» (Badinter, 1993). Em diferentes conjunturas Mas, muitas vezes, tomadas como fenômenos naturais da intimidade, essas crises, são vistas como decorrências de oposições, entre os sexos e, assim, ocultam pactos e outros processos sociais, cheios de ambigüidades Na posse do Presidente da República, em 18 de maio de 1894, Machado de Assis, avaliando a significativa presença feminina na cerimônia, expressa dúvidas quanto ao nível de consciência de mulheres brasileiras e ao seu interesse pelo cenário político. Quando filosofa a respeito, lembra-se de Gambeta, a quem parecera que a República Francesa «não tinha mulheres», dizendo: «A nossa (República), do que vi outro dia, tem boa cópia delas.

Elegantes, cumpre dizê-lo e tão cheias de ardor, que foram as primeiras ou das primeiras pessoas que deram palmas, quando entrou o Presidente da República. Vêde a nossa felicidade: sentadas nas próprias cadeiras do legislador, nenhuma delas pensava ocupar, nem pensa ainda em ocupá-las à força de votos. Não as teremos tão cedo em clubs, pedindo direitos políticos, São ainda caseiras como as antigas romanas, e, se nem todas fiam lãs, muitas as vestem, e vestem bem, sem pensar em construir ou destruir ministérios [...].

A crônica sobre a dentista é escrita por Machado de Assis um ano antes da vigência do decreto de D. Pedro II que autoriza mulheres brasileiras a frequentarem faculdades. Antes disso, teve o imperador D. Pedro II, um peso ponderável nos estímulos a essas escolhas. Fabíola Rodhen, estudando as lutas de algumas mulheres por seu acesso ao curso médico, destaca o caso de Maria Augusto Generoso Estrela, que, recusada na Faculdade de Medicina no Brasil, segue esse curso nos Estados Unidos, interrompido por dificuldades financeiras de seu pai, recebendo do Imperador o apoio necessário (Rodhen, 2001). Concluírá o curso em 1879, só sendo diplomada em 1881, depois de atingida sua maioridade. Lutas por esses acessos continuam. Ermelinda Lopes de Vasconcelos, a primeira médica formada no Rio de Janeiro, enfrenta, publicamente, a resistência de Silvio Romero, presidente de banca de seu exame de ingresso à Faculdade, quando, ao discorrer sobre os direitos do cidadão para com o Estado, falará daqueles devidos às mulheres.

As mulheres são instadas a chegar ao espaço público, enfrentando previsíveis possibilidades de sua desqualificação e interdição; quase em meio a zombarias. Disso fala *O Jornal das Senhoras* de 1852, numa matéria dirigida *Às nossas assinantes*, contra a desqualificação do *Redator mulher*. Citando a experiência das mulheres da França da Inglaterra, da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos, e de «Portugal mesmo», onde abundam «senhoras dedicadas à literatura colaborando em diferentes jornais», lamentava que só na América do Sul a mulher ficasse «*estacionária*». Reconhecia, porém, que o Rio «acolhera de certo com satisfação e simpatia *O Jornal das Senhoras* redigido por uma senhora [...]» disposto a «propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher». Apesar da acolhida, *O Jornal das Senhoras*, ao chamar as mulheres para a colaboração escrita, submete-se às regras de interdição usual, quando acrescenta: «[...] guardando para isso o mais rigoroso incógnito» (Floresta, 1989).

A pauta de reivindicações de Nísia Floresta, feminista brasileira de primeira hora se distingue das libertárias de Mary Woolestonecraft, feminista inglesa

do século XVIII, em que se apóia, Para Nísia, ideal de igualdade de homens e mulheres restringe-se aos de sua classe social e se apóia em justificativas de aprimoramento das funções maternas. Essas referências estão submetidas às condições de vida local. Mesmo quando amplia a produção de códigos de referência para os projetos femininos de ocupação de lugares, até então, masculinos, o discurso de Nísia não alcança as demais relações de subordinação e desigualdade sociais de seu meio. Assim, nem sempre os modelos europeus servem de referência para as *saídas* das mulheres. Nesse desejo de sair, o padrão de sociabilidade feminina pode invocar o exemplo norte-americano, como nos anos 30, propagava *O Correio das Damas* junto as suas leitoras do Brasil.

Ao mesmo tempo, sistemas protecionistas *secundários* – aqueles constituídos por instituições públicas e privadas de cuidados diversos – surgem, ainda no primeiro quartel do século XX, não substituem responsabilidades dos *sistemas primários* tradicionais. O grau de intensificação das saídas de mulheres de classes médias e altas do espaço doméstico interfere com igual grau (ou maior) de intensificação de saídas das mulheres pobres a seu serviço; maternidades de umas são transferidas a outras. Os acessos das mulheres a direitos sociais ocorrem nesse quadro.

Joaquim José da França Junior, como Machado, nascido em fins da década de 30 do século XIX, mostra as resistências à igualação de homens e mulheres, na peça teatral *As doutoras*, apresentada no Rio de Janeiro, em 1889, com estrondoso sucesso de público (Magalhães, 1972). Esse autor, junto com Martins Pena e Arthur de Azevedo teria sido um dos criadores da comédia brasileira. Em suas peças, personagens ingênuos e caricatos, diz uma crítica atual, diz um crítico, constroem «uma sátira doméstica», onde não faltam ingredientes como crítica à pregação ‘feminista’ e ao ‘evolucionismo’ diante de dilemas *naturalmente* femininos. «Artur Azevedo, em 1906, num artigo descreve esse autor, seu amigo, como: «Aristocrata e fino em Botafogo ou nas Laranjeiras, boêmio na caixa de um teatro, numa alcatéia de pintores ou à mesa de um café [...]», Ele brilhava sempre pela conversação, [...] e era um dos mais

espirituosos cavaqueadores do seu tempo, o que não o impedia de achar muita graça nos outros, e rir como nunca vi rir ninguém». Seu teatro é garantia de atraia casa cheia⁶.

Sua comédia expõe ambigualmente o orgulho, o caos familiar e a zombaria pelo sucesso alcançado por Luiza, sua personagem central, ao formar-se médica, casada com um médico, colega de faculdade; e por Carlota, personagem feminista, advogada, candidata a Deputado Geral pelo Primeiro Distrito da Corte, e seu noivo, depois marido, de mesma profissão. O desempenho profissional dessas mulheres é o objeto de deboche do autor; ambas vivem os dilemas de firmarem seu nome profissional ou de tudo abdicarem em favor da família. A situação dramática construída por França Junior expõe, didaticamente, a complexidade desse dilema com toda a sua coleção de representações sobre os lugares e tempos femininos. Deslocamentos femininos não são apenas resultados de dilemas postos pelo *trabalho fora* nas transformações de ritmos decorrentes do sistema fabril e das relações capitalistas em marcha. Esses ritmos, construídos por homens e mulheres em suas práticas sociais cotidianas de longa duração, têm sentidos civilizadores, alguns bastante singulares, nem sempre apreendido (Costa, 2002).

Aos pais de Luiza cabe ajuizar as escolhas feitas pela filha: de um lado, a certeza do pai, de outro, o constante menosprezo e descrédito da mãe quanto ao sucesso pessoal e profissional da filha. Numa contraposição de sentimento e razão, sucedem-se, em diferentes cenas diálogos, expectativas quanto aos destinos da filha: de sucesso, expressas pelo pai e de infelicidade pela mãe. As condições de competição dos casais profissionais são vistas como uma impropriedade de uma relação amorosa marcada por constante guerra entre marido e mulher, pela medição de saberes ou de conquistas de espaço e de clientela, forma de denúncia de uma mulher fora de seu lugar. Aparecem num embate permanente entre as esferas pública e privada: tensões e conflitos vividos nesses papéis, por muito tempo, conceituados como próprios a uma presumida oposição *natural* dos sexos masculino e feminino, quase sempre, no interior de

⁶ Ver, na internet, Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Biografias de autores.

uma mesma classe social, essas tensões revelam muitos de seus sinais políticos. As cenas criam seguidos constrangimentos, tornando insustentável o conflito dos pares aberto pelas carreiras femininas. França Junior condena o sucesso alcançado pela médica, sobretudo no momento em que sua clientela masculina se firma, localizando, no trato de corpos de homens doentes, uma interdição definitiva ao desempenho profissional feminino. Sugere o mesmo para o casal de advogados. A peça confere um peso ponderável às situações de comicidade protagonizadas pela criada, uma portuguesa, *pessoa da família*, apresentada como inculta e atrapalhada. Essa imagem serve para propagar a incapacidade desse perfil de empregada doméstica para receber responsabilidades delegadas de direção da casa na ausência da médica; é como se anunciasse um eminente caos doméstico. França Junior cria, com essa personagem, nas sucessivas entradas em cena, uma comicidade de estilo pastelão, como que a sublinhar essa incapacidade. O clímax da peça será criado pela eminência de separação do casal; a advogada feminista empenha-se no divórcio do marido e o advogado, seu noivo, no de Luiza, ambos às voltas com dilemas análogos. Todos porém, acabam, fazendo valer os valores familiares ameaçados, recompondo a ordem doméstica. Luiza e Carlota, restauram então, valores ameaçados: optam pelo abandono consentido da profissão de médica, sem qualquer remorso, diante das suas gravidezes e chegadas dos seus bebês. Na última cena, o autor as mostra radiantes e compenetradas em seus papéis de mãe. Luiza com o filho, Carlota, com a filha nos braços, reencontram, segundo a cena, o verdadeiro rumo de suas vidas. A peça traz preciosas informações sobre representações das mulheres, sobre dilemas de suas saídas para o espaço público e dos seus sucessos nesse fim de século.⁷ Nessa narrativa, o autor parece advertir para os riscos dessa experiência feminina que se expande nos segmentos médios urbanos em meio a expectativas e reconhecimentos de ascensão social. As situações de conflito satirizam as lutas de emancipação da mulher do mesmo período, mesmo no encontro de homens e mulheres iguais social e culturalmente, iluminando códigos de constrangimento vividos por mulheres em seus projetos de saídas.

Em outro tempo, Raquel de Queiroz, no romance *O quinze*, publicado nos anos 30, conta a história de uma jovem erudita que se impede de viver renuncia uma relação de amor com um sertanejo inculto (Queiroz, 1999). Ao contrário da peça de França Junior, trata de uma mulher que, por suas escolhas intelectuais e profissionais, conforma-se com o inexorável celibato e, por isso, paga um alto preço quando abdica da experiência de ser esposa e mãe. No cenário da tragédia social da seca nordestina de 1915, Rachel de Queiroz tece a impossibilidade dessa relação. Ao longo do romance, arquiteta o argumento de interdição do encontro masculino/feminino nas condições dessa desigualdade de gêneros. Logo nas primeiras páginas, Conceição, sua personagem central, é apresentada como professora e leitora voraz. A descrição de seu quarto, no sertão, na fazenda da avó onde passa férias, concede lugar central a uma estante de livros, emblematicamente chamados de «velhos companheiros». Escolhia-os «ao acaso» dentre «uns cem, no máximo», todos lidos e relidos. Aos 22 anos, não falava em casar. Essa personagem define rumos de sua vida sem incluir o casamento e a maternidade, mas acalentando o projeto de escrever um livro de pedagogia e, talvez, de fazer poesia, já rabisçada em dois sonetos, aprendendo a citar, como diz, Nordau e Renan, além de arriscar-se a leituras socialistas. Nada disso conflui para os rudes afazeres domésticos de uma fazenda no sertão nordestino. Conceição apresenta Vicente, seu primo, vaqueiro, como «o amigo do mato do sertão de tudo que era inculto e rude», um homem ligado à preservação de suas terras, de sua gente em tantos momentos difíceis de seca, em especial, nesse de 1915. A autora evita falar diretamente da incultura de Vicente. Utiliza, como recurso, as conjecturas da mãe dele, alguém acima de qualquer suspeita, que, numa fala muda e emocionada, o compara ao outro filho, doutor, dizendo: esse era o filho que «não se envergonhava da diferença que fazia do irmão e teimava em não querer ser gente»... Rachel de Queiroz atribui a Vicente, em trechos vários, idéias partilhadas por Conceição sobre o desconforto dessa incultura, sublinhado numa a situação que destaca como uma conduta contumaz de Vicente, um recorrente sinal

⁷ Numa sinopse, a FBN informa ter sido essa peça um dos maiores sucessos do teatro nacional e uma das melhores França Júnior.

da inveja nutrida pelos atributos intelectuais de seu irmão: «talvez por não ter estudado não perdia ocasião de trocar dos doutores». Mesmo cautelosa em suas observações, a autora não deixa de lamentar que Vicente nunca tenha querido ser doutor. Eis o problema que a personagem Conceição enfrenta nessa sua relação de amor. Por isso, ao longo do romance, exercita cuidadosas distâncias em relação a Vicente, como que indicando um modo de construir desistências de amores impossíveis, assunto apenas esboçado no romance. A personagem prefere seguir seu caminho sem as árduas tarefas da fazenda, as que a impedirão de ler, de escrever, de dar materialidade a seu projeto de vida intelectual. O sertão e a cidade de Rachel de Queiroz são mundos apartados, nunca se encontram. Conceição sabe-se amada pelo sertanejo. Ao avaliar sua vida, Vicente dirá de si para si que, de tudo, só Conceição «com o brilho de sua graça, alumia e floria com um encanto novo a rudeza de sua vida». Não cede, porém. Rachel de Queiroz assinala ainda diferenças entre gerações femininas na circunstância em que Conceição é inquirida pela avó sobre a leitura que fazia, um texto em francês sobre a questão feminina, a situação da mulher na sociedade, os direitos maternos. Nesse diálogo, a avó recrimina seu interesse por tais assuntos, recordando seu tempo, aquele em que o padre recomendava às moças a leitura a fazer (Queiroz, 1999). As escolhas e projetos de Conceição parecem inexplicáveis à velha senhora que lhe

pergunta: «Para que torceu a natureza? Por que não se casa?». Conceição vai repetir a frase-chave de sempre: «Mas se nunca encontrei alguém que valesse a pena...», dita em outra ocasião e ouvida, em silêncio, por Vicente. Por suas escolhas, Conceição alcançou, de seu jeito, uma dada consciência de gênero. Olhando a sina de outras mulheres do sertão, não hesita, até o fim, em perseguir suas escolhas: a cidade, suas leituras, sua obra pedagógica, o amor do afilhado invés do filho que nunca terá. Não tem como recuar. Preferindo evitar riscos, escolhe viver só, abre mão do amor apenas sugerido. Nas páginas finais, revelando as cadeias que ainda a mantêm cativa e o esforço de desprender-se delas, reconhece, de si para si, que o verdadeiro destino de uma mulher seria acalentar uma criança ao peito e que o amor de seu afilhado, criado como filho, a confortará. Rachel de Queiroz constrói o fim desse caso de amor numa cena metafórica de despedida: Vicente «chegou as esporas ao cavalo, que arrancou num grande impulso»; Conceição, sem qualquer gesto, «o viu sumir-se no nevoeiro dourado da noite...».

Essas e outras histórias expressam uma parte da sina que têm acompanhado as mulheres em sua busca de instrução, em meio a tantos nevoeiros, nem sempre tão dourados... Cada uma a sua maneira, falam de algumas desventuras de ser doutora, certamente, um dilema conhecido por Rachel de Queiroz em suas escolhas intelectuais, no início do século XX.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, J. (1995) «Máquinas de costuras». [Ao correr da pena. 1854.] In: *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Folha de São Paulo/Editora Ática.
- BADINTER, E. XY: *sobre a identidade masculina*. Trad. de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- CARTAS de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. *Anais da Biblioteca Nacional*. v.LVI, 1939. Separata. (BC).
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995. Id. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário Petrópolis*, RJ: Vozes, 1998.
- CORRESPONDÊNCIA entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 60, 1940. (BC)
- COSTA, S. (1988) *Pau-para-toda-obra*. Subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. A matriz de qualificação da mão-de-obra antes do sistema fabril (Brasil: século XVI-XIX). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Hist'orio. Niterói: UFF.
- COSTA, S. (1993) «O diário de umas e outras meninas (Aportes teóricos sobre o cotidiano feminino, Diamantina, Minas Gerais, fins do século XIX)». *Cadernos do ICHF*, Niterói, n. 60, set. 1993.
- COSTA, S. (1996) *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. Rio de Janeiro, século XIX. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: UFF.
- COSTA, S. (2000) «Alice por Alice. As amarras femininas em O Tronco do Ipê.» In: *Tempo*, 5 (9), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p.29 – 42.
- COSTA, S.(2002) «Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva» *Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC/, 10(2), Florianópolis, p. 301-324.
- DE ASSIS, M. (1938) *Chronica 4*, publicada em *O Cruzeiro*, 30/6/1878. *Chronicas*. 4º. Volume (1878-1888). Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W.M.Jackson Inc.
- DE ASSIS, M. (1997) *A dentista baiana* In: MONTELLO, J. *Memórias Póstumas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, S.A.
- DE QUEIROZ, R. (1999) *O Quinze*. 66ª. edição. São Paulo: Editor a Siciliano.
- DEBRET, J.B. (1954) *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Prefácio A. C. Villaça. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. (Coleção Reconquista, 3. série, v. 7) contém aquarela e desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin Didot, 1834. Paris: R. de Castro Maya Ed.
- DENIS, F. (1980) *Brasil*. Trad. de J. Etienne Filho e M. Lima. Belo Horizonte: Itatiaia.
- FLORESTA, N. (1989) *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. 4. ed. Atual. com introdução, notas e prefácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez.
- FRANÇA J. J. (2003). Joaquim José. *As doutoras*. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003. Fundação Biblioteca Nacional. Recuperado em Outubro 10 de 2007 de http://cervantesvirtual.com/portal/FBN/biografias/franca_junior/index.shtml
- FREYRE, G. (1933) *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- GINZBURG, C. (1991) *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de A. Narino. Lisboa: Difel.
- O Correio das Damas*. Nº 6, Tomo 1. 15 de março de 1836.
- O Jornal das Senhoras*: modas, literatura, belas artes, teatros e crítica.
- MAGALHÃES JR. (1972) *Martins Pena e sua época*. 2 ed. São Paulo: Lisa.
- MONTELLO, J. (1972) *Machado de Assis*. Lisboa, Portugal: Verbo.
- PERROT, M. (1994) «Sair». In: FRAISSE, G, PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Trad. potuguesa de M. H. da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento. p. 503-539.
- POLANYI, K. (1980) *The great transformation*. Rinehart & Company, Inc., 1944. Id. *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro.
- RODHEN, F. (2001) *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- RUGENDAS, J. M. (1979) *Viagem pitoresca através do Brasil*. 8. ed. Trad. de S. Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SAHLINS, M. (1990) *Ilhas de história*. Tradução B. Sette. Rio de Janeiro: Zahar.
- WALLERSTEIN, I. (1985) *Capitalismo histórico*. Trad. de D. Bottmann. São Paulo: Editora Brasiliense.

